

O fator crítico dos juros no paraíso dos rentistas

Fernando Valente Pimentel (*)

O lançamento, pela Febraban, do livro “Como fazer os juros serem mais baixos no Brasil”, vai ao encontro de sonho antigo de todos os setores produtivos e dos consumidores

Afinal, cumprir a sugestiva meta é fundamental para a retomada de níveis mais substantivos de crescimento econômico, considerando que as elevadas taxas pagas pelos brasileiros, dificultam muito os investimentos e o consumo.

A louvável iniciativa da entidade também é uma boa oportunidade para se analisar uma questão específica atrelada ao alto “preço” do dinheiro: o spread bancário em nosso país, classificado em diversos apontamentos, dentre eles um estudo da Fiesp, como mais elevado do que na maioria das nações.

Esse é um dos principais fatores responsáveis pelo alto patamar dos juros reais, muito acima da Selic. As consequências práticas para a economia são danosas, pois as empresas correm riscos muito altos ao captarem recursos para investir em ampliação de plantas e unidades, inovações tecnológicas e equipamentos. O mesmo se aplica ao empreendedorismo.

O juro excessivamente elevado estabelece com frequência serviço da dívida incompatível com a abertura e/ou rentabilidade de um negócio, mitigando ou inviabilizando o lucro e ameaçando sua perenidade. Tal problema é uma das causas do baixo crescimento do PIB nacional nos últimos 30 anos.

Ante os objetivos de toda a sociedade e do novo governo de retomada do nível de atividade em grau e ritmo mais acentuados, os juros representam um ponto crítico. Mais do que nunca, considerando que as empresas estão bastante descapitalizadas em função da grave crise que vimos enfrentando, são

prementes melhores condições para a contratação de crédito para investimento e consumo. As atuais taxas cobradas pelos bancos são incompatíveis com os propósitos de recuperação do País e sua conversão em economia de renda alta.

O Brasil precisa deixar de ser o “paraíso dos rentistas e inferno de quem produz”, como acentuou o ministro da Economia, Paulo Guedes. O que se observa há anos é a retroalimentação de um círculo vicioso com duplo dano: imensa transferência de dinheiro da sociedade para o sistema financeiro; e a geração de crescente déficit orçamentário do Estado e aumento da dívida pública, cujo serviço é sustentado por títulos com juros muito altos, que, por sua vez, aumentam o rombo fiscal.

Nesse contexto e reafirmando a importância e pertinência da iniciativa da Febraban, ainda é necessário que o setor financeiro faça uma autoanálise, avaliando a concentração bancária no mercado nacional, sua produtividade e outros fatores intrínsecos que pressionam seus custos além dos mencionados no estudo.

Além das questões e problemas externos atrelados ao “custo Brasil”, aos quais estão expostos todos os ramos de atividade no País, é preciso olhar para dentro, como, por exemplo, tem feito a indústria, segmento que sofre concorrência tremenda de competidores localizados em países os quais não têm de carregar nos ombros todos os custos que oneram os produtores nacionais.

Tal lição de casa é tarefa relevante para todos os setores. Os bancos precisam melhorar a oferta e o preço de seu “produto”, componente essencial do fomento econômico e crítico para a retomada da economia brasileira.

(*) - É presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

Projeto acaba com cota para mulher nas eleições

Pedro França/Ag.Senado



Cotas não têm alcançado efeito desejado, argumenta Angelo Coronel.

Está em análise na Comissão de Constituição e Justiça do Senado um projeto que acaba com a cota de candidaturas nas eleições proporcionais de acordo com o sexo. O texto, que ainda pode receber emendas na comissão, foi apresentado por Angelo Coronel (PSD-BA).

O senador alega que constatou-se que alguns partidos compelem mulheres a entrar no processo eleitoral apenas para assegurar o percentual mínimo exigido de 30% de candidaturas femininas, prática chamada de “candidaturas laranjas”.

“É preciso reconhecer que desvios podem ocorrer por parte de quem só quer se beneficiar do sistema. Mas o projeto mantém que ao menos 5% dos recursos do Fundo Partidário

serão destinados a programas de promoção e difusão da participação feminina na política”, explica Coronel na justificativa do projeto.

O senador lembra ainda que a lei atual impede, “a rigor”, que um partido possa lançar mais de 70% de candidaturas de mulheres, se essa for a sua disposição. “A proposta consagra, portanto, a liberdade. Os partidos podem ter até 100% de participação feminina, se assim o desejarem”, argumenta. Coronel afirma ainda que as cotas não têm alcançado o efeito desejado. Para ele, a ainda pequena participação de mulheres na política é resultado de questões históricas muito mais complexas que a simples disposição financeira (Ag.Senado).

Bolsonaro vai atuar para restabelecer democracia na Venezuela

Depois da reunião no Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro manifestou publicamente seu apoio ao presidente autodeclarado interino da Venezuela, Juan Guaidó

Em declaração à imprensa, na tarde de ontem (28), Bolsonaro afirmou que o Brasil vai atuar, dentro da legalidade, para restabelecer a democracia no país vizinho.

“Nós não pouparemos esforços dentro da legalidade, da nossa Constituição e das nossas tradições para que a democracia seja restabelecida na Venezuela. E isso só será possível com eleições limpas e confiáveis. Nos interessa uma Venezuela livre, próspera e economicamente pujante”, disse o presidente.

O presidente brasileiro pediu permissão para chamar



Bolsonaro defendeu uma Venezuela “livre, próspera e economicamente pujante”.

Guaidó de “irmão” e afirmou que continuará apoiando as decisões do Grupo de Lima em favor da mudança de política no país vizinho, “por liberdade e democracia”. Ao final de seu pronunciamento, apertou a mão do colega.

Em seu pronunciamento, o presidente autoproclamado da Venezuela – que é o presidente da Assembleia Nacional, equivalente ao Congresso Nacional venezuelano, – agradeceu o apoio do governo brasileiro na ajuda humanitária ao país vizinho e classificou o encontro com Bolsonaro como um marco no resgate das relações entre os dois países.

Mudanças na economia ‘vão além’ da reforma da Previdência

A reforma da Previdência é prioridade máxima da equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro, mas outras sugestões para a economia também são consideradas importantes nesse momento inicial do governo. A simplificação do PIS/Cofins, duas contribuições pagas por empresas que poderão ser unificadas; e a autonomia do Banco Central estão entre as metas apontadas por lideranças na Câmara.

O deputado Efraim Filho (DEM-PB) avalia que esses temas devem entrar em debate num futuro próximo. “Especialmente a autonomia do BC que, inclusive, consta da meta dos cem dias. Acho que o governo tem essa projeção para logo e é algo que dialoga com essa agenda paralela à reforma da Previdência”, afirmou. A unificação do PIS e da Cofins também é citada pelo deputado como o pontapé inicial para a reforma tributária. “Começamos falando de simplificação de procedimentos, de desburocratização, é um bom primeiro passo”, defendeu.

No ano passado, o governo Temer definiu 15 projetos fiscais e econômicos considerados prioritários para a volta de investimentos e o crescimento da economia. Seis dessas propostas estão em análise na Câmara. Uma delas reestrutura o modelo atual de elaboração da lei orçamentária, com novos critérios para o enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal. Outra estabelece um novo marco legal para licitações e contratos, com o objetivo de modernizar a lei de licitações, que é de 1993.

Um terceiro projeto regulamenta o teto salarial no serviço público, hoje em pouco mais de R\$ 39 mil. O relator dessa proposta é o deputado Rubens Bueno (PPS-PR), que defende a retomada do debate como forma de garantir mais investimentos. “Há muito privilégio no setor público, infelizmente de algumas corporações, que ganham muito trabalhando pouco. Esse equilíbrio tem que se buscar para que o País tenha capacidade de retomar o investimento na infraestrutura nacional”, justificou (Ag. Câmara).

Regras para que produto seja considerado de origem natural

Projeto em análise na Câmara pretende exigir a presença de quantidades mínimas de matérias-primas extraídas da flora brasileira nos produtos industrializados, para que os respectivos rótulos e embalagens possam mencionar a origem natural do produto. É reapresentação, pelo deputado Rubens Bueno (PPS-PR), de proposta arquivada ao final da legislatura passada. O texto insere dispositivos no Código Florestal.

“Muitos produtos possuem quantidade ínfima do substrato de origem natural, sem comprovada eficácia”, afirmou o parlamentar. “Alguns substratos são intencionalmente adicionados apenas para legitimar apelo publicitário que tenha como

base a fonte natural do produto”, disse. “Defender percentuais mínimos significa também proteger a floresta, pois isso garante a sustentabilidade da demanda e, por conseguinte, estímulo de preços para que as comunidades produtoras desses ativos preservem a natureza”, concluiu Rubens Bueno. Conforme o texto, o descumprimento da futura norma será considerado infração sanitária e sujeitará o autor às sanções previstas em lei, sem prejuízo de sanções de natureza civil e penal. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Econômico; de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça (Ag. Câmara).

Ministra defende integração de terras indígenas ao agronegócio

A ministra da Agricultura, Tereza Cristiana, defendeu, em audiência Pública na Comissão de Agricultura do Senado, a mudança na legislação para facilitar a produção mineral e agrícola nas terras indígenas. Disse que tem sido procurada por representantes indígenas de todas as regiões brasileiras, que reivindicam melhores condições para que possam empreender em seus territórios.

“O que mais me marcou em Campo Novo não foi a agricultura moderna que eles praticam. Foi o que me disse o líder da cooperativa deles. Ele falou assim: “Antes, nós éramos enxotados na cidade. Quando fomos a uma bar, um posto de gasolina ou a uma loja, éramos enxotados. Depois que viramos índios produtores, agora somos convidados para entrarmos nos estabelecimentos. Porque agora temos dinheiro, e somos tratados com dignidade como todos os outros consumidores da cidade”.

“Este depoimento me marcou muito. Temos que estar



Ao lado da senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), a ministra da Agricultura, Tereza Cristiana, apresentou as diretrizes de sua gestão.

atentos para todas as comunidades que nos procuram, os índios querem oportunidades como qualquer outro brasileiro. A lei precisa mudar com urgência para que eles não vivam à margem. Para que recebam royalties ou produzam na agricultura. Eles tem 13% do território brasileiro e não podem por a mão nesta riqueza para viverem com dignidade”, disse a ministra.

Ela classificou de injusta a legislação vigente, que a seu ver prejudica índios e produtores não-índios, “quando são espoliados e expulsos das suas terras”. A

ministra afirmou que o Estado precisa agir para tirar a população indígena da “miséria”. Os senadores Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Jayme Campos (DEM-MT) também disseram terem sido procurados por representantes indígenas que reclamam da legislação e que desejam se integrar ao agronegócio. Já a senadora Eliziane Gama (PPS-MA) afirmou que, no Maranhão, a população indígena tem sido expulsa de suas terras, e aí acaba emigrando para as cidades para viver em situação de total miséria (Ag. Senado).

Gilmar pode decidir sobre soltura de Paulo Preto

O ministro do STF, Gilmar Mendes, pediu ontem (28) informações à Justiça Federal em Curitiba sobre a prisão do ex-diretor da Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A), Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto. Gilmar Mendes solicitou as informações para embasar a decisão que deverá tomar no pedido de liberdade feito pela defesa de Paulo Preto ao STF.

O ministro é o relator do caso. Após receber a manifestação da 13ª Vara Federal em Curitiba, que foi responsável pela prisão, o ministro decidirá a questão. O prazo para o envio das informações é de cinco dias. O ex-diretor da Dersa foi preso na semana passada, durante a 60ª fase da Operação Lava Jato. Nesse desdobramento, as investigações da força-tarefa da Lava Jato no Paraná revelaram a



Ex-diretor da Dersa, Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto.

participação de Paulo Preto como operador financeiro em um esquema de lavagem de dinheiro em favor da empreiteira Odebrecht.

Em maio do ano passado, Gilmar Mendes mandou soltar Paulo Preto. Na ocasião, a

prisão foi decretada no âmbito do processo sobre denúncias de irregularidades em desapropriações para construção do Rodoanel Sul, entre outras, que teriam acarretado prejuízo de mais de R\$ 7,7 milhões aos cofres públicos.